



TODO PODER, TODAS AS NAÇÕES, TODOS OS DIAS: UMA ANÁLISE DA NATUREZA, AMPLITUDE E GARANTIA DA GRANDE COMISSÃO.

Alex Campinas Uemura¹

William Tenório Quintela²

RESUMO

O presente artigo analisa teologicamente o texto bíblico de Mateus 28.16-20, denominado comumente de “A Grande Comissão”, conforme descrito na versão “Nova Almeida Atualizada”. A análise dos versículos citados se faz em consideração ao contexto imediato, diante de um texto amplamente conhecido, mas pouco explorado em algumas de suas nuances essenciais, tais quais a repetição da palavra “todo” por quatro vezes ao longo dos versos da referência bíblica. A ênfase recai sob a análise dos termos “toda autoridade”, “todas as nações” e “todos os dias”. Para tanto, o artigo utiliza de consulta às opções hermenêuticas para melhor compreensão do panorama geral interpretativo do texto, assim como destaca a base exegética mais assertiva para a proposta original dos autores bíblicos em suas devidas correlações bíblicas. Em concomitância, o artigo se propõe a explorar o núcleo central do comissionamento, ao abranger apenas indiretamente os verbos “ir”, “batizar” e “ensinar”, com base no imperativo geral de “fazer discípulos” como ordem diretiva essencial, dando ênfase nas implicações e aplicações sobre a natureza, a abrangência e a garantia incluídas na Grande Comissão.

Palavras-chave: Grande-Comissão; Missões; Discipulado; Multiétnicidade; Evangelização.

All power, all nations, every day: an analysis of the nature, scope and guarantee of the Great Commission

ABSTRACT

This article provides a theological analysis of the biblical text of Matthew 28:16-20, commonly referred to as “The Great Commission,” as described in the Nova Almeida Atualizada (NAA) version. The analysis of these verses considers the immediate context of a widely known text that remains underdeveloped in some of its essential nuances, such as the fourfold repetition of the word «all» throughout the biblical reference. The emphasis lies on the analysis of the terms “all authority,” “all nations,” and “always” (all days). To this end, the article consults hermeneutical options to better understand the general interpretative landscape of the text, while highlighting the most assertive exegetical basis for the original intent of the biblical authors within their respective biblical correlations. Concurrently, the article proposes to explore the core of the commissioning by addressing the verbs “go,” “baptizing,” and “teaching” only indirectly, subordinated to the overarching imperative “make disciples” as the essential directive command. It emphasizes the implications and applications concerning the nature, scope, and assurance inherent in the Great Commission.

Keywords: Great Commission; Missions; Discipleship; Multiethnicity; Evangelization.

¹ Mestrando em Teologia. Faculdade Batista do Paraná (FABAPAR).

² Doutor. Diretor da Faculdade Teológica Batista de São Paulo: diretoria.academica@teologica.net

RESUMEN

Este artículo analiza teológicamente el texto bíblico de Mateo 28:16-20, conocido como «La Gran Comisión», según la versión «New Almeida Updated». El análisis de dos versículos citados considera el contexto inmediato de un texto ampliamente conocido, pero cuyos matices esenciales rara vez se exploran, como la repetición de la palabra «todo» cuatro veces en dos versículos de referencia bíblica. El énfasis estará en el análisis de dos términos: «toda autoridad», «toda nación» y «todo día». Por esta razón, el artículo utiliza opciones hermenéuticas como referencia para comprender mejor el panorama interpretativo general del texto, así como para destacar una base exegética más sólida para la propuesta original de dos autores bíblicos en sus respectivas correlaciones bíblicas. Al mismo tiempo, el artículo pretende explorar el núcleo central de la comisión, abordando solo indirectamente los verbos “ir”, “bautizar” y “enseñar” dentro de la base general no imperativa de “hacer discípulos” como un orden directivo esencial, enfatizando las implicaciones y aplicaciones de la naturaleza, la apertura y la garantía contenidas en la Gran Comisión.

Palabras clave: Gran Comisión, Misiones, Discipulado, Multietnicidad, Evangelización

INTRODUÇÃO

A “Grande Comissão”, relatada no Evangelho de Mateus 28.16-20, é também reafirmada em correlação nos Evangelhos de Marcos 16.15-18, Lucas 24.46-49, João 20.21-23 e no livro de Atos 1.8. Ela se encontra disponível no texto de Mateus 28.16-20, conforme a versão “Nova Almeida Atualizada”, da seguinte maneira:

¹⁶Os onze discípulos partiram para a Galileia, para o monte que Jesus lhes havia designado. ¹⁷E, quando viram Jesus, o adoraram; mas alguns duvidaram. ¹⁸Jesus, aproximando-se, falou-lhes, dizendo:

— Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. ¹⁹Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ²⁰ensinando-os a guardar todas as coisas que tenho ordenado a vocês. E eis que estou com vocês todos os dias até o fim dos tempos. (Bíblia, Mt 28.16-20).

Em cada uma das referidas passagens, existem pormenores teológicos adequados à historicidade de seus respectivos autores. Considerando certa complementaridade em suas abrangências e aplicações, o presente artigo lança luz sob olhar acurado na

descrição de Mateus 28, a partir das observações das reações imediatas às palavras de Cristo, conforme o relato, e as implicações de repetição dos termos como recurso literário e didático do Senhor Jesus.

Em análise ao texto bíblico supracitado, é notório observar as reações imediatas mais comuns relacionadas à ressurreição de Jesus Cristo, conforme narradas nos Evangelhos. De forma geral, o texto de Mateus 28.16-17 descreve que alguns duvidaram, outros tiveram medo e outros simplesmente adoraram. Segundo Eugene Peterson (2023, p. 25-26), uma reação comum à ressurreição, conforme relatada nos Evangelhos, foi o medo, o qual funciona como um mecanismo de descentralização do ego, tirando o foco dos próprios feitos e o elevando para a autoridade de Cristo. Como é possível observar, o medo é a reação à ressurreição de Jesus mais mencionada nos Evangelhos. Nos quatro relatos da ressurreição diretamente associados à Grande Comissão, há seis ocorrências de várias formas nas quais é usada a raiz da palavra medo, duas vezes como palavra que expressa terror - os guardas romanos diante do anjo resplandecente e do túmulo vazio (Mt 28.4), e as mulheres eufóricas e assustadas que mais tarde correram do túmulo (Mt 28.8, Mc 16.8). Lucas menciona a respeito das mulheres que, ao ficarem assustadas, imediatamente recobram a coragem na presença do anjo que estava junto do túmulo (Lc 24.5). E em Mateus o primeiro anjo disse: “Não tenham medo” (Mt 28.5), e depois Jesus repete: “Não tenham medo” (Mt 28.10).

Tais menções ao medo transcendem o mero estado emocional de susto, configurando-se como uma postura ontológica. O temor do Senhor revela-se como uma percepção disciplinada da descentralização do “eu”: o reconhecimento de que o indivíduo não ocupa o eixo da existência nem detém o controle sobre o porvir. Essa resposta abrangente à santidade divina mitiga a pretensão humana e restitui a primazia a Deus, estabelecendo o adorador em seu devido lugar — um estado de profunda reverência e assombro diante da soberania divina.

Anarrativada ressurreição prossegue para o agendamento de um encontro de Jesus com seus discípulos. Os evangelhos descrevem que após ressuscitar, Jesus permaneceu 40 dias com seus apóstolos, apareceu diversas vezes e determinou uma reunião com seus discípulos com algumas semanas de antecedência. Eles se encontram num monte que ficava cerca de 140 km de distância de Jersualém, onde os discípulos se encontravam. É provável que lá o Senhor Jesus tenha reunido o maior número possível de discípulos naquela ocasião, o que provavelmente seria uma referência ao que Paulo escreve aos 1 Co 15.6: “apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma só vez”. Aquelas instruções se direcionavam não apenas aos apóstolos, mas ao maior número de discípulos quanto possível. É nessa ocasião, então, que Jesus traz suas diretrizes para o cumprimento da missão de fazer discípulos e pregar o Evangelho em todas as nações.

Em consideração ao direcionamento dado, ainda que os verbos estejam no gerúndio, a ordem “façam discípulos” é o verbo principal (do grego *matheteúsave*). “Ir, batizar e ensinar” seriam então os participípios que descrevem como a Igreja faria discípulos. Portanto, a missão não foi considerada como algo eventual, nem departamental; mas encarada por Cristo e pelos apóstolos como estilo de vida. Fazer discípulos seria compartilhar a vida, ensinar a Palavra e formar o caráter em Cristo.

Nesta consideração, o ponto central em que todos os exegetas consultados concordam é o imperativo de discipular (Hendriksen, 2010; Lopes, 2019; Rienecker, 1998; Ryle, 2018; Sproul, 2017). E, como delimitação de análise, há ênfase quanto ao que antecede a Grande Comissão e ao alcance da mesma: a autoridade, a

abrangência e a presença. Esses pontos se referem às repetições da palavra “todo”, que é uma ênfase no texto: todo poder, todas as nações, todo o ensino, todos os dias.

Partindo do pressuposto de que não há evangelho sem doutrina; e não há missão verdadeira sem o evangelho, a assertiva compreensão sobre os aspectos centrais da Grande Comissão balizam a essência, a forma e a abrangência da missão discipuladora da Igreja de Jesus. Assim, a Grande Comissão, emanada da autoridade suprema de Cristo, revela o caráter universal do Reino de Deus — abrangendo todos os povos e culturas — e é perpetuamente sustentada pela presença soberana do Senhor com o seu povo em missão.

A NATUREZA DA MISSÃO (“TODA A AUTORIDADE”)

O exame da autoridade que fundamenta a missão cristã é essencial para a compreensão adequada da natureza e do propósito da Grande Comissão. A análise teológica de Mateus 28.18–20 demonstra que o engajamento missionário não pode ser dissociado do reconhecimento da soberania de Cristo, sob pena de ser reduzido a mero empreendimento moral ou ativista. Em diversos contextos eclesiais, pode ser observada a recorrência de apelos baseados na culpa como instrumento de mobilização missionária. Expressões como “o sangue dos pecadores recairá sobre nós” ou afirmações contundentes — como a proferida por Paulo Junior, segundo a qual “se nós nos calarmos, se nós ficarmos quietos, se nós ficarmos inertes, seremos responsáveis pelo maior genocídio de almas da história [...] Precisamos abrir nossa boca e proclamar esta mensagem” (Paulo Junior, s.d., 5min41s) — evidenciam uma retórica que tende a deslocar o centro da missão da soberania divina para a responsabilidade psicológica do indivíduo.

Embora tais declarações enfatizem a urgência da proclamação, o risco teológico inerente a esse enfoque reside na absolutização da responsabilidade humana como fator determinante

da salvação. A Escritura afirma inequivocamente o dever de anunciar o evangelho (cf. Mt 28.19–20; Rm 10.14–15), porém, não autoriza a conclusão de que o êxito redentivo dependa da performance ou da intensidade emocional dos proclamadores. A motivação fundada na culpa pode produzir ativismo religioso, mas carece de sustentação teológica duradoura, pois repousa em impulsos subjetivos e voláteis. Quando a missão é orientada primordialmente pelo alívio de consciência ou pela pressão moral, ela tende a gerar comparações indevidas entre os membros da comunidade, classificando alguns como “zelosos” e outros como “acomodados”, o que reforça uma lógica meritocrática estranha ao evangelho da graça.

À luz do testemunho bíblico, a motivação legítima para a missão não emerge de constrangimentos psicológicos, mas do reconhecimento da autoridade universal de Cristo. A declaração “Toda autoridade me foi dada no céu e na terra” (Bíblia, NAA, Mt 28.18) estabelece o fundamento teológico da Grande Comissão. O termo ἐξουσία (exousía) aponta para soberania investida, jurisdição legítima e domínio escatológico. Assim, o envio missionário decorre da entronização do Cristo ressuscitado e não de uma crise de consciência eclesial. A Igreja proclama porque Cristo reina; anuncia, porque Ele recebeu autoridade sobre todas as coisas; discipula, porque participa do senhorio daquele que governa o céu e a terra.

Nesse sentido, John Piper enfatiza que a missão não constitui o fim último da Igreja, mas deriva de uma realidade anterior e mais profunda: “As missões não são o alvo fundamental da Igreja; a adoração é. As missões existem porque não há adoração. A adoração é fundamental, não as missões, porque Deus é essencial, não o homem” (Piper, 2012, p. 15). Tal afirmação desloca o eixo motivacional da missão do antropocentrismo para o teocentrismo. A evangelização não é impulsionada pela ansiedade humana de produzir resultados, mas pela alegria reverente de reconhecer e proclamar a glória de Deus entre as nações.

Consequentemente, a autoridade de Cristo redefine

o horizonte motivacional da Igreja. A missão deixa de ser resposta defensiva a uma possível culpa coletiva e passa a ser expressão positiva de adoração e obediência. Trata-se de participar, com humildade e confiança, do movimento redentivo já inaugurado pelo Senhor exaltado. A proclamação do evangelho não visa aliviar a consciência do mensageiro, mas anunciar a obra consumada daquele que possui todo poder e autoridade. Assim, o fundamento da Grande Comissão repousa não na pressão moral sobre o discípulo, mas na soberania de Cristo que reina e cuja autoridade legítima, sustenta e garante a missão até a consumação dos séculos.

O SIGNIFICADO DE “AUTORIDADE” (EXOUSIA)

O termo grego **exousía**, frequentemente traduzido por “autoridade”, “domínio” ou “poder”, não deve ser confundido com **dýnamis**, que denota capacidade ou força inerente. Enquanto *dýnamis* enfatiza potência ou habilidade para realizar algo, *exousía* refere-se primariamente ao **direito legítimo de exercer poder**, implicando jurisdição, soberania e prerrogativa reconhecida. Conforme demonstram os principais léxicos do Novo Testamento, o campo semântico de *exousía* inclui ideias como “direito de agir”, “autoridade delegada”, “liberdade soberana” e “domínio investido” (Bauer et al., 2000; Louw; Nida, 1989). Trata-se, portanto, não apenas da capacidade de realizar algo, mas do **título legítimo para governar e exercer domínio**.

À luz dessa definição, a declaração de Jesus em Mateus 28.18 — “Toda autoridade me foi dada no céu e na terra” — deve ser compreendida em chave escatológica e messiânica. A afirmação ecoa claramente a visão de **Daniel 7.14**, onde ao “Filho do Homem” é conferido “domínio, glória e reino”, com autoridade universal e eterna sobre todos os povos. A recepção da autoridade em Mateus indica o cumprimento dessa profecia veterotestamentária, na qual o reinado do Filho do Homem transcende limites étnicos e territoriais, estabelecendo um domínio universal e indestrutível (Dn

7.14). Assim, o uso de *exousía* por Mateus sugere não apenas autoridade funcional, mas a **investidura régia do Messias** como soberano escatológico.

Sob perspectiva teológico-redentiva, essa autoridade também pode ser articulada à tipologia do “novo Adão”. O primeiro homem recebeu o mandato cultural de dominar sobre a criação (Gn 1.26–28), exercendo governo representativo sob a soberania divina. Contudo, pela desobediência, Adão falhou em cumprir plenamente sua vocação e perdeu a harmonia com Deus. Cristo, em contraste, apresenta-se como o segundo e último Adão (cf. Rm 5.12–19; 1Co 15.45–49), que, por meio de obediência perfeita, vence a tentação, resiste ao pecado e realiza plenamente a missão redentora. Sua autoridade não deriva apenas de sua identidade divina, mas também de sua fidelidade obediente no plano histórico-salvífico.

Essa dinâmica é explicitada cristologicamente em **Filipenses 2.5–11**, em que a exaltação de Cristo é apresentada como consequência de sua humilhação voluntária. Pela obediência até a morte, e morte de cruz, “Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo nome”. A concessão da autoridade, portanto, possui dimensão relacional e econômica dentro da Trindade: o Pai confere publicamente ao Filho encarnado a posição de soberania universal. A autoridade de Cristo é, assim, simultaneamente **intrínseca à sua identidade divina e confirmada na economia da redenção**.

Dessa forma, afirmar que Cristo detém toda *exousía* implica reconhecer tanto seu poder efetivo quanto seu direito legítimo de governar. Diferentemente de uma mera força impessoal, sua autoridade é pessoal, relacional e juridicamente investida. Ele possui poder manifesto na vitória sobre o pecado, a morte e as potestades (cf. Cl 2.15), e autoridade conferida pelo Pai para reinar sobre todas as coisas. Em termos teológicos, sua soberania é ao mesmo tempo ontológica (derivada de sua natureza divina) e redentiva (confirmada por sua obra expiatória e ressurreição).

Portanto, a proclamação de Mateus 28.18 constitui não apenas uma declaração de supremacia, mas o anúncio da entronização messiânica do Filho do Homem. A

autoridade universal de Cristo fundamenta a missão da Igreja, pois aquele que envia os discípulos é o soberano legítimo do céu e da terra. Sua *exousía* garante a eficácia do mandato missionário e assegura que o reino anunciado não é meramente aspiracional, mas expressão concreta do domínio eterno estabelecido por Deus.

A MISSÃO COMO PROCLAMAÇÃO DE ADORAÇÃO

À luz da declaração de Cristo acerca de sua autoridade universal (Mt 28.18), a missão cristã não deve ser compreendida primariamente como empreendimento humano ou projeto eclesialístico autônomo, mas como participação na realidade de um domínio já estabelecido. A evangelização não constitui a construção progressiva de algo que ainda não existe, mas a proclamação pública de uma obra já consumada. A motivação última da missão não reside na iniciativa humana de “fazer algo para Deus”, mas na adoração e no reconhecimento daquele que, por sua morte e ressurreição, já conquistou o senhorio sobre todas as coisas. Nesse sentido, a Grande Comissão insere-se organicamente na história da redenção, tendo Cristo como protagonista exclusivo e fundamento absoluto.

Consequentemente, a missão não se define primariamente pelas realizações coletivas da Igreja, mas pela ação contínua do próprio Cristo. A comunidade cristã não completa a obra redentora, nem a aperfeiçoa; antes, anuncia aquilo que já foi objetivamente realizado na cruz e confirmado na ressurreição. Todavia, o caráter consumado da obra não elimina a urgência do anúncio. Há ainda muito a proclamar, pois o senhorio de Cristo deve ser confessado entre todas as nações. Evangelização e discipulado, portanto, emergem como expressão de obediência ao mandato do Senhor, como resposta vocacional ao seu chamado e como fruto da alegria experimentada na comunhão com sua presença contínua.

Essa perspectiva contrasta com modelos antropocêntricos de missão que atribuem ao ser humano — seja individualmente, seja corporativamente — a responsabilidade de

restaurar a criação por meio de seus próprios esforços. A Escritura, ao contrário, apresenta a redenção como obra exclusiva de Deus em Cristo. Nem Israel no Antigo Testamento e nem a Igreja no Novo são os agentes autônomos da restauração cósmica; ambos são convocados a participar do propósito divino já inaugurado. A tarefa redentora pertence exclusivamente ao Filho, a quem foi dada toda autoridade no céu e na terra. Ele possui não apenas a capacidade efetiva de realizar tal obra, mas também a legitimidade soberana para consumá-la.

Essa compreensão revela a unidade narrativa das Escrituras como a história singular e contínua do agir redentivo de Deus. Não se trata de Deus inserindo-se ocasionalmente na história humana, mas de seres humanos sendo graciosamente inseridos na história de Deus. A Igreja não é autora dessa narrativa, mas testemunha, convocada a anunciar os atos salvíficos divinos. Em termos teológicos, a missão não consiste em convidar Cristo a participar dos projetos humanos, mas em submeter-se ao movimento do reino que Ele já inaugurou.

Aplicada à realidade da igreja contemporânea, essa ótica desloca o foco de métricas quantitativas ou produtividade ministerial para o alinhamento com o propósito redentivo de Deus. O critério fundamental não é a quantidade de iniciativas realizadas, mas a fidelidade em participar daquilo que Cristo já está fazendo no mundo. Nessa linha, Craig Barnes observa que “Embora seja comum perguntar ‘O que Jesus faria?’, a pergunta mais importante sempre foi: ‘O que Jesus está fazendo agora?’”¹ (2009, p. 88, tradução nossa). A missão cristã, portanto, consiste em discernir e anunciar a ação presente do Senhor exaltado, que continua a conduzir a história em direção à consumação de seu reino.

TESTEMUNHAS, NÃO ADVOGADOS

1 “While it is popular to ask, ‘What would Jesus do?’ the better question was always ‘What is Jesus doing?’”

De acordo com o relato da Grande Comissão em Atos 1.8, a identidade missionária dos discípulos é definida não em termos de argumentação forense ou estratégia persuasiva, mas em termos de testemunho fiel. Cristo, após ressuscitar afirma: “serão minhas testemunhas”, empregando linguagem jurídica que delimita a natureza e os limites da tarefa apostólica. A metáfora é significativa: testemunhas não criam fatos, não os aprimoram nem os adaptam; apenas relatam aquilo que viram e ouviram. A missão cristã, portanto, não é concebida como defesa criativa de uma causa, mas como proclamação verídica de um acontecimento histórico-redentivo.

Essa perspectiva desloca o eixo da missão do método para o caráter. Como observa E. M. Bounds, “os homens procuram os melhores métodos; Deus procura os melhores homens” (Bounds, 1991, p. 7). A ênfase de Cristo não recai sobre técnicas de convencimento ou estratégias de expansão religiosa, mas sobre a autoridade daquele que envia e a fidelidade daqueles que testemunham. O poder da missão não está na engenhosidade humana, mas na realidade objetiva da obra de Cristo e na ação contínua do Espírito Santo.

A analogia jurídica esclarece ainda mais essa dinâmica. Em um tribunal, o juiz não espera criatividade da testemunha, mas precisão e veracidade. Da mesma forma, o discípulo é chamado a narrar com fidelidade aquilo que Deus realizou em Cristo. A tarefa missionária não consiste em tornar o evangelho mais atraente por meio de inovação retórica, mas em apresentar com clareza e integridade o evento central da fé cristã — a vida, morte e ressurreição do Senhor. Em suma, é notório que esforços humanos possam corroborar para uma pregação mais adequada do Evangelho, entretanto, seria impossível pregar um Evangelho melhor e mais bem-sucedido do que o relato fidedigno da obra de Cristo.

Craig Barnes desenvolve essa ideia ao advertir contra a distorção contemporânea do conceito de testemunho. Segundo ele, frequentemente se atribui ao crente a responsabilidade de produzir

conversões, quando, na verdade, tal prerrogativa pertence exclusivamente a Cristo. O testemunho apostólico pressupõe que Cristo permanece ativo como agente da salvação, enquanto seus enviados participam dessa obra como narradores fiéis:

Testemunhas, na verdade, não fazem muita coisa. De algum modo, distorcemos o termo para torná-lo mais criativo do que Jesus pretendia quando concedeu a Grande Comissão. Muitas vezes, quando pastores conclamam suas congregações a testemunhar, o que realmente querem dizer é que cabe aos leigos a responsabilidade de converter seus vizinhos e amigos. Mas isso é exigir demais. Somente Cristo converte. Quando o Cristo ressuscitado e prestes a ascender diz aos seus discípulos: “Vocês serão minhas testemunhas”, ele dá a entender que continuará sendo a força criadora da salvação no mundo e que seus discípulos agora são enviados como apóstolos que dão testemunho dessa obra que permanece exclusivamente dele. A testemunha apenas vê e fala sobre aquilo que vê. Pergunte a qualquer juiz de tribunal, e ele dirá que a última coisa de que precisamos é que a testemunha seja criativa (2009, p. 88, tradução nossa).²

Nesse sentido, a eficácia da missão não depende da criatividade da Igreja, mas da soberania daquele que continua operando na história. Assim, a missão cristã deve ser compreendida como

participação obediente na ação salvífica de Deus. A Igreja não é advogada que constrói uma defesa, mas testemunha que relata um fato consumado. O centro da proclamação não é a habilidade do mensageiro, mas a realidade do Senhor exaltado. Essa compreensão resguarda a primazia de Cristo na obra da redenção e preserva a natureza teocêntrica da missão, evitando que ela seja reduzida a empreendimento antropocêntrico ou mera estratégia de persuasão religiosa.

A ABRANGÊNCIA DA MISSÃO (“TODAS AS NAÇÕES”)

Compreender a abrangência e a natureza da missão é fundamental, e isso equivale ao entendimento sobre a autoridade do outorgador, para que se tenha a amplitude adequada da **Grande Comissão**. Leituras imediatas do texto tendem a reforçar o imperativo “ide” (Mt 28.19), contudo, conforme observação anterior deste presente artigo, a plenitude do mandamento é compreendida quando se considera sua **abrangência universal** e seu **fundamento cristológico**. Sem essa compreensão, há o risco de reduzir a missão à mera contagem de conversões ou resultados visíveis, negligenciando a **obediência integral** ao alcance pretendido por Cristo.

A expressão “todas as nações” (em grego, *pánta ta éthnē*) remete diretamente à promessa feita a Abraão em Gênesis 12.3 — o plano redentor de Deus de abençoar “todas as famílias da terra”: “Abençoarei aqueles que o abençoarem e amaldiçoarei aquele que o amaldiçoar. Em você serão benditas todas as famílias da terra”. Assim, a Grande Comissão não seria uma nova ideia abordada de forma inédita por Cristo em seu comissionamento, mas a incorrência da **culminação da história da redenção** a partir daquele momento de envio.

Piper observa que o termo grego *ethnē* traduzido por “nações” não se refere primariamente a Estados-nação, mas a grupos étnico-culturais distintos, “povos” ou “etnias”. Assim, o alcance da Grande Comissão não é apenas geográfico ou político, mas etnolinguístico. Conforme John Piper (2018, p. 29), “o emprego desta

2 “Witnesses don’t really do very much. We have somehow twisted the term to make it more creative than Jesus intended it to be when he gave the Great Commission. Often when pastors call their congregations to witness, what they really mean is that it is the laity’s responsibility to convert their neighbors and friends. But that is asking too much. Only Christ converts. When the risen and about-to-be-ascended Christ tells his disciples ‘You will be my witnesses,’ he implies that he will continue to be the creative force for salvation in the world and that his disciples are now sent out as apostles who witness this work that remains his alone. The witness merely sees and speaks about what he or she sees. Ask any courtroom judge, and you will be told that the last thing we need is for the witness to be creative.”

palavra sempre se refere a grupos de pessoas [...] a grande expectativa missionária é de que a salvação alcance todas as nações, e não apenas o maior número de indivíduos”. O alvo, assim, é que o evangelho alcance representantes de cada grupo de pessoas da terra, como descrito na consumação da missão em Apocalipse 7.9-10:

Depois destas coisas, vi, e eis grande multidão que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestes brancas, com ramos de palmeira nas mãos. E clamavam com voz forte, dizendo: “Ao nosso Deus, que está sentado no trono, e ao Cordeiro, pertence a salvação”.

Nestes termos, o alcance da Grande Comissão é **etnolinguístico e multicultural**, não meramente geográfico. O objetivo é que representantes de **todos os povos, tribos, línguas e nações** sejam alcançados. David Edward Kornfield e Josadak Lima da Silva ilustram esse princípio ao afirmarem: “Jesus procurou alcançar uns poucos e chegou às nações; nós procuramos alcançar a todos e ficamos com uns poucos” (Kornfield; Silva, 2003, p. 67).

Piper (2018) observa que as Escrituras não oferecem uma definição técnica e exaustiva do que se deve entender por “grupos de pessoas”. Tal ausência, longe de enfraquecer o imperativo missionário, reforça a responsabilidade contínua da Igreja, impedindo-a de considerar sua tarefa concluída com base em critérios meramente estatísticos ou no cumprimento de metas numéricas previamente estabelecidas. Assim, permanece a convicção de que ainda há povos a serem alcançados até a consumação da história redentiva, o que implica reconhecer o caráter permanentemente inacabado da missão cristã.

Além disso, a categoria de “povos não alcançados” não se reduz à simples presença formal de uma igreja local em determinada região geográfica. Antes, pressupõe a existência de uma comunidade

cristã cultural e linguisticamente acessível, capaz de comunicar o evangelho de modo inteligível e contextualizado, de modo que haja possibilidade real de evangelização autóctone. Nesse sentido, o alcance missionário deve ser compreendido não apenas como expansão territorial, mas como a formação de comunidades discipuladoras que, inseridas em seu próprio contexto cultural, reproduzem discípulos entre todas as nações, em consonância com o propósito da Grande Comissão.

A GENEALOGIA DE JESUS E A ANTECIPAÇÃO DA UNIVERSALIDADE DA MISSÃO

O Evangelho segundo Mateus, tradicionalmente reconhecido por seu diálogo intenso com o contexto judaico, apresenta já em sua abertura literária indícios claros da dimensão inclusiva do propósito redentivo de Deus. A genealogia de Jesus (Mt 1.1–17), embora estruturada segundo padrões judaicos e orientada para a identificação messiânica davídica, rompe expectativas culturais, ao incluir quatro mulheres de origem gentílica ou associadas a contextos não israelitas: Tamar, Raabe, Rute e a mulher de Urias (Bate-Seba). Tal inclusão não é acidental, mas teologicamente significativa.

Em primeiro lugar, a presença dessas mulheres é incomum dentro de genealogias judaicas antigas, que normalmente privilegiavam a linhagem masculina. Além disso, cada uma delas carrega uma história marcada por tensão moral, vulnerabilidade social ou origem estrangeira. Tamar (Mt 1.3), associada ao contexto cananeu (Gn 38), garantiu sua descendência por meio de uma ação que, embora escandalosa, foi posteriormente reconhecida como mais justa do que a conduta de Judá. Raabe (Mt 1.5), habitante de Jericó e descrita como prostituta (Js 2), manifesta fé no Deus de Israel ao proteger os espias, sendo posteriormente integrada ao povo da aliança e celebrada na tradição neotestamentária (Hb 11.31). Rute (Mt 1.5), moabita — pertencente a um povo cuja participação na assembleia era restringida, segundo Dt 23.3 — torna-se parte do povo de Deus por meio de sua lealdade e fé, sendo

incorporada à linhagem messiânica através de seu casamento com Boaz. Por fim, Bate-Seba (Mt 1.6), mencionada indiretamente como “a que foi mulher de Urias”, remete à narrativa do pecado de Davi e à presença de um estrangeiro hitita na história régia de Israel, evidenciando novamente a complexidade étnica e moral da linhagem messiânica.

A inclusão dessas figuras femininas na genealogia não apenas evidencia a soberania graciosa de Deus em operar por meio de circunstâncias inesperadas, mas também sinaliza a abrangência multiétnica do plano redentivo. Como observa Carson (1995, p. 596), Mateus parece intencionalmente preparar o leitor para a universalidade do evangelho, ao destacar que o Messias judeu possui uma ascendência que transcende fronteiras étnicas e culturais. A genealogia, portanto, não serve apenas como instrumento apologético para afirmar a legitimidade davídica de Jesus, mas também como prólogo teológico que antecipa a expansão da salvação para além de Israel.

Essa perspectiva encontra seu clímax na Grande Comissão (Mt 28.19), quando o Cristo ordena que discípulos sejam feitos “de todas as nações”. O mesmo evangelho que começa com uma linhagem marcada pela presença de gentios culmina com uma missão explicitamente direcionada às nações. Assim, Mateus constrói uma narrativa coerente, que vai da promessa abraâmica de bênção às nações (cf. Gn 12.3) até o envio universal dos discípulos. A genealogia inicial funciona, portanto, como prenúncio literário e teológico da vocação missionária universal da Igreja.

Em síntese, ao inserir Tamar, Raabe, Rute e Bate-Seba na genealogia de Cristo, o evangelista não apenas demonstra a atuação da graça divina em contextos inesperados, mas também antecipa a natureza inclusiva multiétnica e abrangente do evangelho. O Messias prometido a Israel revela-se, desde sua ascendência, como Senhor destinado a alcançar todas as etnias, culturas e povos, conforme a consumação do mandato missionário descrito no final do evangelho.

A GRANDE COMISSÃO COMO A PRÁTICA CONCOMITANTE EM ATOS 1.8

No texto correlato da Grande Comissão descrito em Atos 1.8, lemos: “Mas vocês receberão poder, ao descer sobre vocês o Espírito Santo, e serão minhas testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até os confins da terra” (Bíblia, NAA). No emprego do idioma original do texto em grego, Lucas utiliza o termo *καί* (*kai*) como uma conjunção **copulativa e inclusiva**, indicando simultaneidade e não sucessão (Wallace, 1996). Em corroboração, Peterson (2009) interpreta At 1.8 como descrição de expansão simultânea e progressiva, não mero cronograma rígido.

A implicação adequada de tal uso incide no cumprimento da missão além de termos em fatores sucessivos como numa ordem de prioridades (“primeiro Jerusalém, depois Judeia, depois Samaria e por fim os confins da terra”), pois inclui um **movimento simultâneo e abrangente**. Por esta razão, a tradução em português utilizada neste artigo (NAA) inclui os termos “tanto em” e “como em” oferecendo maior correspondência à possível proposta original. Já o advérbio *ἕως* (*heōs*) — “até” — expressa alcance geográfico e não cronológico, denotando que o movimento missionário é **centrífugo**, partindo do centro para as extremidades, mas sem a necessidade de um cumprimento sequencial (Stott, 2010, p. 42).

A análise do desenvolvimento missionário no livro de Atos indica que Jerusalém jamais foi integralmente “alcançada”, no sentido de uma conversão total de sua população antes da expansão do evangelho para outras regiões, como a Judeia, Samaria e, posteriormente, os confins da terra. Tal constatação sugere que o conceito bíblico de “alcance” não deve ser compreendido em termos quantitativos absolutos — isto é, como a conversão de 100% dos habitantes de determinado território —, mas em termos eclesiológicos e missiológicos. A Grande Comissão, sob estas perspectivas, é, portanto, **inclusiva, concomitante e paralela**: a Igreja é chamada a testemunhar **em todos os lugares, entre todos os povos, ao mesmo tempo**. O alcance derradeiro de “todas as nações” denota assim como significado a

abertura intencional para a diversidade multicultural e multiétnica. A obediência à missão se faz evidente na disposição de alcançar povos distintos, refletindo em microescala a visão escatológica de Apocalipse 7.9–10, onde João vê “uma grande multidão de todas as nações, tribos, povos e línguas” diante do trono do Cordeiro.

Charles Swindoll reforça esse aspecto ao afirmar:

“Não devemos fazer essa proclamação somente aos membros da família, aos vizinhos ou às pessoas de nosso próprio país. Devemos fazê-la ao mundo — a todas as nações, como ordenou Jesus. Não há exceções, não há fronteiras e não há limites para nossa missão como discípulos” (2003, p. 211).

Em termos práticos, isso implica fomentar vocações missionárias de maneira contínua no seio das comunidades locais, além da intercessão por povos não alcançados, do apoio financeiro ao envio de missionários, da promoção de viagens transculturais e do cultivo de comunidades de fé que **reflitam a diversidade do Reino escatológico de Deus**.

A GARANTIA DA MISSÃO: PRESENÇA PERMANENTE DE CRISTO (“TODOS OS DIAS”)

Na observação sobre a quarta utilização do termo “todo” no texto de Mateus 28.19-20, é possível notar que a Grande Comissão não contém uma promessa de resultados, mas sim a **garantia da presença contínua de Cristo**: “E eis que estou com vocês todos os dias, até o fim dos tempos” (Mt 28.20). Warren Wiersbe narra o seguinte relato descrito por G. Campbell Morgan:

G. Campbell Morgan contou, certa vez, uma experiência envolvendo essa declaração. Quando era recém-

convertido, Morgan costumava visitar várias senhoras de idade, uma vez por semana, a fim de ler a Bíblia para elas. Ao chegar no final do Evangelho de Mateus, Morgan leu: ‘E eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século’, e depois perguntou: ‘Não é uma promessa maravilhosa?’. Uma das senhoras respondeu sem hesitar: ‘Meu jovem, isso não é uma promessa, é um fato!’ (Wiersbe, 1996, p. 142)

Em sua gramática do grego neo-testamentário, Wallace (1996) aponta que a frase grega **καὶ ἰδοὺ ἐγὼ μεθ’ ὑμῶν εἰμι** (Mt 28.20) combina a partícula de atenção (“eis/vejam”) com o verbo de existência/presença no **presente do indicativo**, denotando uma construção que destaca a **presença real e contínua** do Senhor junto aos discípulos. Adicionalmente, o autor aponta que o presente do indicativo (quando aplicado ao verbo “ser/estar”) normalmente carrega valor **incontínuo/imperfeito** de realidade atual e continuidade (não apenas ocorrência pontual) — o que torna legítima a leitura “eu estou/estarei com vocês” (de forma contínua). Assim, a frase *kai idou egō meth’ hymōn eimi* enfatiza a **presença durativa** do Senhor, enquanto o verbo *eimi*, no presente do indicativo ativo, indica **continuidade e realidade constante**.

Já Morris (1992) aprecia a dimensão inclusiva de Mt 28.20 e a tipologia mosaica no cumprimento das profecias do Antigo Testamento. No plano intertextual, essa expressão enfatizada em Mt 28.20 remete às promessas veterotestamentárias da presença divina (Êx 3.12; Js 1.5), identificando Jesus como o **Emanuel** — **Deus conosco**. Como exemplo, em Êxodo 3.12a, lemos: “Deus respondeu: — Eu estarei com você”, enquanto em Josué 1.5b, como continuidade da missão discipular iniciada por Moisés, lemos: “Assim como estive com Moisés, estarei com você. Não o deixarei, nem o abandonarei”. Desta forma, Mateus, ao relatar a Grande Comissão, coloca a garantia de presença de Jesus como cumprimento e cristocentrização dessas promessas: Jesus não apenas promete, mas encarna a presença divina junto ao seu povo.

Intencionalmente, o mesmo conceito é descrito em

Mateus, no capítulo 1.23: “Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho, e ele será chamado pelo nome de Emanuel.’ (Emanuel significa: ‘Deus conosco’).” Tal início do Evangelho de Mateus, com o destaque da representatividade do Messias como Deus Emanuel, leva à conclusão sobre as últimas palavras registradas na Grande Comissão do Evangelho: o Deus conosco estaria para sempre com seus discípulos, todos os dias e até o fim, assim como esteve permanentemente em meio ao Seu povo desde o início, no deserto. A presença de Jesus constitui assim um eixo teológico estruturante no Evangelho de Mateus, manifestando-se de maneira programática no início, no desenvolvimento e na conclusão da narrativa. Logo na infância de Jesus, o evangelista identifica-o como “Emanuel”, que significa “Deus conosco” (Mt 1.23), estabelecendo desde o princípio a temática da presença divina encarnada. No corpo do evangelho, essa promessa é reiterada na instrução comunitária: “onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estou no meio deles” (Mt 18.20), indicando a presença ativa e relacional do Cristo na assembleia dos discípulos. Por fim, na cena da Grande Comissão, o Ressuscitado declara: “E eis que estou convosco todos os dias, até a consumação do século” (Mt 28.20), assegurando uma presença contínua, permanente e escatologicamente orientada.

Assim, Mateus constrói uma *inclusio* teológica que une encarnação, vida comunitária e missão, apresentando Jesus como a manifestação definitiva da presença de Deus entre o seu povo, presença esta que não se restringe ao período terreno de seu ministério, mas se prolonga na experiência e na tarefa missionária da Igreja. Sob esta perspectiva, Fritz Rienecker (1998, p. 32) observa: “Cada discípulo constitui, no presente século, um pedaço do novo mundo de Deus”. Assim, de modo prático, a missão não é apenas um envio, mas uma **caminhada acompanhada pela presença do Senhor**. Charles Spurgeon advertia: “O diabo poucas vezes fez algo mais perspicaz do que sugerir à igreja que parte de sua missão é prover entretenimento às pessoas, no intuito de conquistá-las” (Spurgeon, 1890, p. 114). Nesta altura, é mister destacar que a presença de Cristo não se manifesta na **espetacularização religiosa**, nem mesmo no ativismo ou em grandes realizações numéricas, mas na **obediência silenciosa e fiel**.

Conforme tais observações presentes na Grande Comissão, sobretudo quanto à garantia da presença de Cristo em meio à obediência na obra discipular, se destaca que o verdadeiro fruto missionário é aquele sustentado pela **presença de Cristo no ordinário** — nas refeições compartilhadas, no discipulado cotidiano, na comunhão da Palavra e na fidelidade à obediência missionária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perícope de Mateus 28.16–20 constitui o clímax literário e teológico do primeiro Evangelho, funcionando como síntese narrativa e projeção missiológica de toda a obra. O Cristo ressurreto, ao encontrar-se com os discípulos na Galileia, encerra a narrativa não com um epílogo intimista, mas com um mandato universal. A cena é teologicamente significativa: aqueles que se prostram em adoração ainda convivem com a dúvida (Mt 28.17), revelando a tensão existencial característica do discipulado nascente. Longe de desqualificá-los, tal ambivalência demonstra que a missão não é confiada a figuras idealizadas, mas a homens e mulheres marcados por fragilidade. Conforme observa Swindoll (2003), os reunidos naquele monte não eram heróis espirituais extraordinários, mas discípulos comuns, ainda em processo de compreensão. A Grande Comissão emerge, portanto, do terreno da graça, não do mérito; da vocação divina, não da autossuficiência humana.

O fundamento da missão encontra-se na declaração solene de Jesus: “Toda autoridade me foi dada no céu e na terra” (Mt 28.18). O emprego do termo *exousía* aponta para mais do que mera capacidade ou poder; designa autoridade legítima, soberania investida e jurisdição universal. Trata-se de linguagem régia e escatológica, ecoando Daniel 7.14, em que ao “Filho do Homem” é concedido domínio eterno sobre todos os povos, e articulando-se com a exaltação descrita em Filipenses 2.5–11, na qual Cristo é elevado acima de todo nome. A missão, portanto, não nasce de um impulso voluntarista da Igreja, mas da entronização do Messias. Como argumenta Piper (2018), a adoração precede

e fundamenta a missão: Deus é o centro da história redentiva, e a evangelização consiste na proclamação do senhorio daquele que já reina. A Grande Comissão não é motivada por culpa religiosa nem por ativismo pragmático, mas pelo reconhecimento da soberania de Cristo que venceu o pecado, derrotou a morte e estabeleceu seu domínio sobre toda a criação.

A abrangência da missão é igualmente significativa. O imperativo de fazer discípulos de “todas as nações” remete diretamente à promessa abraâmica de bênção universal (Gn 12.3). O termo não se refere primariamente a Estados-nação modernos, mas a grupos étnico-culturais, enfatizando a diversidade humana como destinatária do evangelho. Mateus já havia antecipado essa universalidade ao incluir, na genealogia de Jesus, mulheres associadas a contextos gentílicos (Mt 1.3–6), evidenciando que a linhagem messiânica carrega em si a marca da inclusão. A missão universal, portanto, não constitui ruptura com o passado, mas o desdobramento coerente do propósito eterno de Deus de reunir um povo de todas as etnias e culturas.

A garantia da missão reside, finalmente, na promessa da presença contínua de Cristo: “E eis que estou convosco todos os dias, até a consumação do século” (Mt 28.20). Tal declaração estabelece um paralelismo literário com Mateus 1.23, onde Jesus é identificado como Emanuel — Deus conosco. A promessa ecoa ainda as declarações veterotestamentárias de presença divina concedidas aos enviados de Deus (Êx 3.12; Js 1.5), indicando que o Ressuscitado assume plenamente o papel do Senhor que acompanha e sustenta sua obra. A missão não é realizada na ausência de Cristo, mas na participação ativa de sua presença viva. Como observa Rienecker (1998), cada discípulo torna-se expressão concreta da nova realidade inaugurada por Deus, vivendo no presente século sob a autoridade do mundo vindouro.

Assim, autoridade, abrangência e presença constituem três pilares teológicos da Grande Comissão. A autoridade de Cristo assegura a legitimidade da missão; sua abrangência revela o propósito universal do plano redentor; e sua presença contínua garante sua eficácia histórica. A missão da Igreja não é empreendimento autônomo nem projeto meramente institucional,

mas participação na história redentiva conduzida pelo Senhor exaltado. Cumprir a Grande Comissão significa inserir-se ativamente nesse movimento divino, proclamando, com a comunidade escatológica descrita em Apocalipse 7.10, que “a salvação pertence ao nosso Deus, que está assentado no trono, e ao Cordeiro”. Nesse horizonte, a missão não é apenas tarefa; é adoração em ação, expressão histórica do reinado de Cristo até a consumação dos séculos.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. *A Mensagem: Bíblia de Estudo com Notas de Eugene Peterson*. Tradução de Eugene H. Peterson. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2018.

BÍBLIA. Português. *Nova Almeida Atualizada (NAA)*. Tradução de João Ferreira de Almeida. 3. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

BARNES, M. C. *The pastor as minor poet: texts and subtexts in the ministerial life*. Grand Rapids, MI: Wm. B. Eerdmans Publishing Company, 2009.

BAUER, W.; DANKER, F. W.; ARNDT, W.; GINGRICH, F. W. *A Greek-English lexicon of the New Testament and other early Christian literature*. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BOUNDS, E. McKendree. *Power Through Prayer*. Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1991.

CARSON, D. A. Matthew. In: **GAEBELEIN, F. E. (Ed.).** *The Expositor's Bible Commentary*. Grand Rapids, MI: Zondervan, 1995.

HENDRIKSEN, W. *Mateus*. Tradução de Valter Graciano Martins. 2. ed. em português. v. 2. São Paulo, SP: Editora Cultura Cristã, 2010. (Comentário do Novo Testamento).

HENRY, M.; SCOTT, T. *Matthew Henry's Concise Commentary*. Oak Harbor, WA: Logos Research Systems, 1997.

JUNIOR, PAULO. *A_Grande_Comissão_-_Paulo_Junior* [vídeo]. Disponível em: <https://www.>

dropbox.com/scl/fo/13r7d6dzgtm3yoq4sk5h1/AC1mINkQ3NP6ofqO3-uDqo8?rlkey=kpdK00a62xomu7zr40r1vzwdu&e=1&dl=0. Acesso em: 24 fev. 2026.

KORNFELD, David E.; SILVA, Josadak L. *Multiplificação de Discípulos e Igrejas*. São Paulo: Sepal, 2003.

LOPES, Hernandes D. *Mateus: Jesus, o Rei dos Reis*. 1. ed. São Paulo: Hagnos, 2019. (Comentários Expositivos Hagnos).

LOUW, Johannes P.; NIDA, Eugene A. *Greek-English lexicon of the New Testament: based on semantic domains*. 2. ed. New York: United Bible Societies, 1989.

MACDONALD, W. *Comentário Bíblico Popular: Novo Testamento*, 2ª edição. São Paulo: Mundo Cristão, 2011, 105.

MORRIS, Leon L. *The Gospel according to Matthew* (Pillar New Testament Commentary). Grand Rapids, MI: Wm. B. Eerdmans, 1992.

PETERSON, David G. *The Acts of the Apostles*. Grand Rapids, MI: William B. Eerdmans Publishing Company, 2009.

PETERSON, Eugene H. *Viva a ressurreição*. Tradução de Robinson Malkomes. 2. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2023.

PIPER, John. *Alegrem-se os Povos!: a Supremacia de Deus em Missões*. 3ª edição. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012.

RIENECKER, F. *Comentário Esperança: Evangelho de Mateus*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 1998.

RYLE, J. C. *Meditações no Evangelho de Mateus*. Organização de Tiago J. Santos Filho. 2. ed. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 2018.

SPROUL, R. C. *Estudos Bíblicos Expositivos em Mateus*. Tradução de Giuliana Niedhardt Santos. 1. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2017.

SPURGEON, C. H. *Conselhos para obreiros: o Príncipe dos Pregadores orienta os ministros da igreja*. São Paulo: Vida Nova, 2015.

_____. *The Sword and the Trowel*. London: Passmore & Alabaster, 1890.

STOTT, J. *The Spirit, the Church and the World: The Message of Acts*. Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 2010.

SWINDOLL, Charles R. *Insights on Matthew*. Grand Rapids, MI: Zondervan, 2003.

WALLACE, Daniel B. *Greek grammar beyond the basics: an exegetical syntax of the New Testament*. Grand Rapids, MI: Zondervan, 1996.

WIERSBE, Warren W. *Be Loyal: Following the King of Kings*. Colorado Springs: Victor Books, 1996.